

**DAS ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS (EAF) E ESCOLAS MÉDIAS DE
AGROPECUÁRIA REGIONAL DA CEPLAC (EMARCS) AO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO**

*Gilson Antunes da Silva¹
Josuel Ferreira dos Santos²
Rafael Oliva Trocoli³*

Da Escola Agrícola à evolução do ensino técnico no Brasil

O registro da primeira escola agrícola no Brasil é do estado da Bahia, cuja fundação é de 1859. Trata-se do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, fundado pelo imperador Dom Pedro II, com o objetivo de fortalecer o setor agrícola brasileiro que enfrentava significativos fatores limitantes ao seu desenvolvimento. O município escolhido para ser a sede do Instituto foi o de São Francisco do Conde, no estado da Bahia. Segundo Rangel [202-], “Construída e mantida pelo IIBA até 1904, a EAB oferecia um curso elementar, voltado para a formação de operários agrícolas, e um curso superior que formou os primeiros profissionais da engenharia agrônoma do Brasil em nível superior”. A Imperial Escola Agrícola foi fechada em 1902

¹ Doutor em Literatura e Cultura e mestre em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia (Facceba), em Ensino de Língua e Literaturas de Língua Portuguesa Universidade Metropolitana de Santos (Unimes) e em Teoria da Psicanálise de Orientação Lacaniana (Bahiana/IPBA). Licenciado em Letras pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e bacharel em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Professor do IF Baiano/Câmpus Valença, membro do Grupo de Pesquisa em Linguagens, Culturas e Ambientes (Glicam) e da Academia Valenciana de Educação, Letras e Artes (Avela). E-mail: gilsonfi@bol.com.br

² Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-graduado em Design Educacional pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Licenciando em Letras Português-Inglês pela UniFatecie. Graduação interrompida Gestão da Qualidade pela Faculdade Maurício de Nassau (2014). Possui Curso de Auditor Líder interno do programa de Gestão da Qualidade ISO 9001:2008 (2013). Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Curso Técnico em Administração de Empresas pelo Centro de Ensino Educação e Vida (CEEV). Tem experiência na área de Educação, com ênfase na avaliação de bibliotecas universitárias e advocacy em bibliotecas públicas.

³ Docente e Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação no IF Baiano. Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE/IF Baiano, 2018-2022) e membro titular do Conselho Superior (Consup IF Baiano, 2018-2022). Atuou como pró-reitor de Extensão (2018-2022), coordenador de Extensão (2011-2017), coordenador adjunto do Pronatec (2012-2015) e coordenador do Laboratório de Microbiologia Agrícola do IF Baiano/Câmpus Senhor do Bonfim (2015-2017). Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), mestre em Microbiologia Agrícola (UFRB) e doutor em Ciências Agrárias (UFRB). Membro do Colegiado do Curso Superior em Ciências Agrárias e do Colegiado do Curso de Especialização em Ciência e Tecnologia de Alimentos (IF Baiano/Câmpus Senhor do Bonfim). Membro do Colegiado do Curso Superior em Licenciatura em Ciências Biológicas (IF Baiano/Câmpus Valença). Integrante do corpo docente do Mestrado Profissional em Extensão Rural da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e docente do Mestrado Profissional em Ciências Ambientais (IF Baiano/Câmpus Serrinha). Tem experiência nas áreas de Educação e Microbiologia, com ênfase em estatística, biologia molecular, genética microbiana, microbiologia agrícola, fitopatologia e controle biológico de fitopatógenos.

(Molina, 2012). A experiência baiana com o ensino agrícola foi retomada, de forma concisa, somente em 1923 e, hoje, comporta a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Com o intuito de difundir o ensino gratuito e técnico no Brasil, o governo brasileiro criou o Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Em seu primeiro artigo, assim preconizava o Decreto:

Art. 1º Em cada uma das capitães dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio uma Escola de Aprendizizes Artífices, destinada ao ensino profissional primario e gratuito.

Parapho único. Estas escolas serão installadas em edificios pertencentes á União, existentes e disponiveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locaes forem cedidos permanentemente para o mesmo fim (Brasil, 1909).

A criação das escolas de aprendizes artífices precedeu a de instituições de ensino agrícola ou agrônomo, que se constituiu como um dos grandes eixos de atuação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Escola [...], 2022), para o qual foi montada, a partir de 1910, uma ampla rede contemplando diferentes níveis e alcançando várias partes do país.

Nas décadas seguintes, o ensino técnico, no Brasil, passou por várias mudanças e aperfeiçoamento, como se pode verificar no perfil cronológico a seguir (Rocha, 2023).

1909 – O presidente Nilo Peçanha assina o Decreto n. 7.566 em 23 de setembro, criando as 19 “Escolas de Aprendizizes e Artífices”;

1927 – O Decreto n. 5.241, de 27 de agosto de 1927, definiu que “o ensino profissional é obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União”;

1937 – A Constituição Federal promulgada pelo Governo Getúlio Vargas tratou da educação profissional e industrial em seu Art. 129. Enfatizou o dever de Estado e definiu que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade. A Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, transformou as escolas de aprendizes e artífices mantidas pela União em Liceus industriais e instituiu novos liceus, para propagação nacional “do ensino profissional, de todos os ramos e graus” (Art. 37);

1942 – O Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, definiu que o ensino industrial seria ministrado em dois ciclos: o primeiro ciclo abrange o ensino industrial básico, o ensino de mestría, o ensino artesanal e a aprendizagem; o segundo ciclo compreende o ensino técnico e o ensino pedagógico;

1946 – O Decreto-Lei n. 9.613/46, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Agrícola, tratou dos estabelecimentos de ensino agrícola federais;

1946 – Foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), pelo Decreto-Lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, bem como a aprendizagem dos comerciários foi regulamentada pelo Decreto-Lei n. 8.621, do mesmo dia 10 de janeiro de 1946;

1946 – A *Constituição* de 1946 definiu que “as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores”;

1959 – Foram instituídas as Escolas técnicas federais como autarquias, a partir das escolas industriais e técnicas mantidas pelo Governo Federal;

1961- Em 20 de dezembro, foi promulgada a Lei n. 4.024/61. Essa foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Passou a permitir que concluintes de cursos de educação profissional, organizados nos termos das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, pudessem continuar estudos no ensino superior;

1967 – As fazendas-modelo foram transferidas do Ministério da Agricultura para o MEC e passaram a ser denominadas escolas agrícolas;

1968 – A Lei Federal n. 5.540, de 28 de novembro de 1968 permite oferta de cursos superiores destinados à formação de Tecnólogos;

1971- A Lei n. 5.692/71 definiu que todo o ensino de segundo grau, hoje denominado ensino médio, deveria conduzir o educando à conclusão de uma habilitação profissional técnica ou, ao menos, de auxiliar técnico (habilitação parcial);

1975 – A Lei Federal n. 6.297, de 11 de dezembro de 1975, definiu incentivos fiscais no imposto de renda de pessoas jurídicas (IRPJ) para treinamento profissional pelas empresas;

1978 – As Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), pela Lei n. 6.545, de 30 de junho;

1982 – A Lei n. 7.044/82 reformulou a Lei n. 5.692/71 e retirou a obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino de segundo grau;

1991 – O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) foi criado pela Lei n. 8.315, de 23 de dezembro de 1991, nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em formato institucional similar ao do Senai e do Senac;

1994 – Foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, integrado pela Rede Federal e pelas redes ou escolas congêneres dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Na Rede Federal, houve transformação gradativa das escolas técnicas federais e das escolas agrícolas federais em Cefets;

1996 – Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que dedicou o Capítulo III do seu Título VI à educação profissional. Posteriormente, esse capítulo foi denominado “Da Educação Profissional e Tecnológica” pela Lei n. 11.741/2008, que inclui a seção IV-A no Capítulo II, para tratar, especificamente, da educação profissional técnica de nível médio;

1998-2002 – Foram definidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, pela Resolução CNE/CEB n. 04/99, com fundamento no Parecer CNE/CEB n. 16/99; em 2002, foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico pela Resolução CNE/CP n. 03/2002, com fundamento no Parecer CNE/CP n. 29/2002;

2004-2008 – A Resolução CNE/CEB n. 1/2004, de 21 de janeiro de 2004, definiu diretrizes nacionais para estágios supervisionados de estudantes de educação profissional e de ensino médio.

A Resolução CNE/CEB n. 1/2005, de 3 de fevereiro de 2005, com fundamento no Parecer CNE/CEB n. 39/2004, de 8 de dezembro de 2004, atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio.

A Resolução CNE/CEB n. 3/2008, de 9 de julho de 2008, com fundamento no Parecer CNE/CEB n. 11/2008, de 16 de junho de 2008, disciplinou a instituição e a implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio – CNCT nas redes públicas e privadas de Educação Profissional.

2008 – Lei 11.741 introduziu importantes alterações no Capítulo III do Título V da LDB, o qual passou a tratar “da Educação Profissional e Tecnológica”, além de introduzir uma nova Seção no Capítulo II do mesmo título, a seção IV-A, quarta “da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”;

2012 – Foram definidas as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, pela Resolução CNE/CEB n. 6/2012 com fundamento no Parecer CNE/CEB n. 11/2012;

2014 – Em 25 de junho de 2014, foi sancionada a Lei n. 13.005/2014, que aprovou o novo Plano Nacional de Educação que, por sua vez, prevê “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”. E, prevê ainda “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público”;

2017 – Lei n. 13.415/2007, que introduziu alterações na LDB (Lei n. 9394/1996), incluindo o itinerário formativo "Formação Técnica e Profissional" no ensino médio. A nova redação da LDB refere-se aos critérios a serem adotados pelos sistemas de ensino em relação à oferta da ênfase técnica e profissional, a qual deverá considerar “a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional”, bem como “a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade”.

As Escolas Médias de Agropecuária Regional da Ceplac (Emarcs) e sua integração ao IF Baiano

O ensino agrícola no Brasil, durante o século XX, avançou bastante. Nesse processo, houve a fundação das Escolas Médias Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), as Emarcs, criadas no sul da Bahia. Segundo Prado e Santos (2015), as Emarcs conseguiram influenciar positivamente a sociedade, irradiando as suas ações para a Amazônia e tendo alunos até de outros continentes. Ainda segundo esses autores, a fundação da Emarc ocorreu em 9 de maio de 1965, em Uruçuca/BA (atual IF Baiano) e teve como intuito fortalecer a região cacaueira. Sua fundação e funcionamento seguiram os seguintes períodos:

1º Período: 1965/1971 – Criação e a estruturação da Emarc. Esse período foi marcado pela construção das instalações básicas e pela aquisição de máquinas, equipamentos e animais para o funcionamento da Escola, com o intuito de habilitar técnicos capacitados para participarem da modernização da agropecuária regional. De acordo com Prado e Santos (2015), a Emarc já nasceu com a atuação distinta das escolas agrotécnicas federais da época, uma vez que desenvolvia atividades de ensino profissionalizante, treinamento de mão de obra e um programa especial de capacitação e de integração com os fazendeiros, ligando-se, completamente, ao mundo rural.

2º Período: 1972/1979 – Criação de outros cursos profissionalizantes e do programa de treinamento de mão de obra. Inicia-se a reformulação da Emarc para atender à complexidade das atividades que seriam desenvolvidas com o programa PROCACAU. Essa reformulação incluiu a ampliação da oferta dos cursos técnicos e a introdução de um programa amplo de capacitação profissional rural para treinamento da força de trabalho necessária às novas

demandas da cacauicultura, com diversificação de cultivos e agroindustrialização. O curso Colégio Agrícola passa a se chamar Curso Técnico em Agropecuária (de três passa a dois anos) e, em 1974, cria-se o curso Técnico em Agrimensura. Já em 1975, cria-se o curso Técnico em Alimentos.

3º Período: 1980/1989 – Instalação das novas Emarcs e criação do Departamento de Educação. O Governo da Bahia implanta três escolas técnicas que, posteriormente, foram cedidas para a Ceplac. Foram instaladas as Emarcs em Itapetinga/BA, Teixeira de Freitas/BA e Valença/BA, iniciando o funcionamento no dia 9 de maio de 1980. Dessa forma, passaram a ser quatro Escolas Médias de Agropecuária Regional da Ceplac.

4º Período: 1980/2008 – Extinção do Departamento de Educação, a crise das Escolas, a mobilização e a transferência das Emarcs para o Ministério da Educação. Nos anos 1990, com a aprovação da Proposta de Reforma Programática e Administrativa, a Ceplac passa por profundas crises, reduzindo a estrutura organizacional da instituição em que muitos funcionários foram colocados em disponibilidade. Extingue-se o Departamento de Educação e as atividades por ele desenvolvidas passam para a extensão rural, cujo departamento passa a ser chamado de Centro de Educação e Extensão Rural (Cedex). Com a Lei n. 11. 892/2008, de 29 de dezembro de 2008, criou-se 38 institutos federais com a finalidade de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades. Na Bahia, foram criados o Instituto Federal da Bahia, mediante a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (Cefet) e o Instituto Federal Baiano (IF Baiano), com a integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim. Nessa oportunidade, as Emarcs foram integradas ao IF Baiano.

IF Baiano: breve histórico e evolução

O Brasil do futuro é o país da educação de qualidade para todos, uma educação que visa formar cidadãos em diversas áreas com pensamento crítico, baseada no tripé formado por ensino, pesquisa e extensão. Quando se volta para o passado, depara-se com os liceus, as escolas técnicas criadas para ofertar o ensino técnico, uma escola de educação formal, mas com o diferencial do ensino técnico. Por décadas, as escolas técnicas federais cumpriram essa função no país. Quando se olha para o presente e o futuro, depara-se com os institutos federais. Em 2008, a Lei n 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

Segundo Silva:

No caso brasileiro, houve, para além da expansão do ensino superior, a incorporação e obrigatoriedade do ensino técnico integrado a essa nova institucionalidade, o que coloca os Institutos Federais em evidência como um modelo diferenciado, e quase único, de educação profissional. Considerando o ineditismo da ideia dos Institutos Federais e que a maioria dos seus servidores, na atualidade, foi contratada a partir dessa nova institucionalidade, temos por objetivo relembrar algumas histórias. Como bem nos ensinou Myrian Sepúlveda dos Santos (2003), a memória é um dos valores mais prezados pelo ser humano e sua preservação está vinculada à defesa da justiça e da liberdade (Silva, 2023, p. 14).

Nesse processo, tivemos a incorporação resultante da integração das Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), das Escolas Médias de Agropecuária Regional da Ceplac (Emarcs) e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), criando uma rede federal de educação diferenciada pela qualidade da oferta de cursos: curso técnico de nível médio, médio integrado ao médio subsequente, graduação, pós-graduação lato sensu e pós-graduação stricto sensu.

A Lei n. 11.892/2008 criou os Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia, ofertando ensino nos vários níveis de ensino, com uma educação verticalizada, levando ao interior da Bahia uma educação de qualidade. Uma educação que busca inserir o contexto regional, isto é, os territórios de identidade de cada região para dentro dos muros da instituição. O objetivo é dialogar com a região na qual o instituto foi inserido, encaminhando o ensino tecnológico voltado para o desenvolvimento regional, olhando para o futuro com técnicas inovadoras.

Os IFs formam uma rede em todo o território nacional. Nesse contexto, a Bahia foi contemplada com dois Institutos federais: o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) e o Instituto Federal da Bahia (IFBA).



Fonte: ASCOM IF Baiano.

O IF Baiano possui atualmente 14 câmpus em regiões estratégicas do estado da Bahia: Alagoinhas, Catu, Bom Jesus da Lapa, Governador Mangabeira, Guanambi, Itaberaba, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Valença, Xique-Xique e a reitoria na cidade de Salvador.

O IF Baiano é resultante da integração das Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia (EAF), das Escolas Médias de Agropecuária Regional da Ceplac (EMARCs) e do Colégio Estadual João XXIII. Sua formação se deu a partir dessas unidades de ensino, e foram criadas novas unidades pela Lei n. 11.892/2008. Atualmente, o IF Baiano é composto dos seguintes câmpus.

IF Baiano/Câmpus Alagoinhas: Criado pela Lei n. 11.892/2008;

IF Baiano/Câmpus Catu: Antiga EAF;

IF Baiano/Câmpus Bom Jesus da Lapa: Criado pela Lei n. 11.892/2008;

IF Baiano/Câmpus Governador Mangabeira: Criado pela Lei n. 11.892/2008;

IF Baiano/Câmpus Guanambi: Antiga EAF;

IF Baiano/Câmpus Itaberaba: Antigo Colégio Estadual João XXIII;

IF Baiano/Câmpus Itapetinga: Antiga Emarc;

IF Baiano/Câmpus Santa Inês: Antiga EAF;

IF Baiano/Câmpus Senhor do Bonfim: Antiga EAF;

IF Baiano/Câmpus Serrinha: Criado pela Lei n. 11.892/2008;

IF Baiano/Câmpus Teixeira de Freitas: Antiga Emarc;

IF Baiano/Câmpus Uruçuca: Antiga Emarc;

IF Baiano/Câmpus Valença: Antiga Emarc;

IF Baiano/Câmpus Xique-Xique: Criado pela Lei n. 11.892/2008;

Reitoria Unidade Administrativa: localizada no bairro do Imbuí, em Salvador/BA;

2º Unidade Administrativa: Professor João Batista, localizada na Avenida Tancredo Neves em Salvador/BA.

Da sua fundação ao período atual, o IF Baiano encontra-se na quarta gestão. Atualmente, o reitor é o professor Aécio José Passos Duarte. A cada período de quatro anos, a comunidade acadêmica, professores, técnicos administrativos e discentes votam para escolher entre os candidatos que fizeram a inscrição para o pleito. Atualmente, o professor Aécio encontra-se em seu segundo mandato como reitor do Instituto. Nessa instituição, há também o Conselho Superior (Consup) escolhido pela comunidade acadêmica e egressos, com a participação da comunidade. No Consup, assim como o cargo de reitor, seus conselheiros são escolhidos para o período de quatro anos. Segue abaixo quadro com o nome e período dos reitores do IF Baiano.

Quadro 1 – Reitores do IF Baiano

REITORES		
Sebastião Edson Moura	2009 a 2014	Reitor pró-tempore
Geovane Barbosa do Nascimento	2014 a 2018	1º mandato
Aécio José Araújo Passos Duarte	2018 a 2022	1º mandato
Aécio José Araújo Passos Duarte	2022 até a presente data (agosto de 2024)	2º mandato (2022-2026)

Fonte: Gabinete IF Baiano.

Quadro 2 – O IF Baiano em números

Ano Referência: 2023 – Plataforma Nilo Peçanha	
Matrículas	19.921
Cursos	266
Vagas	9.876
Ingressantes	7.846
Concluintes	3.838
Servidores	1.771

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha.

São muitos os desafios para manter uma instituição em funcionamento e ofertar um ensino de qualidade para atender à comunidade acadêmica. Os cursos ofertados pelo Instituto são criados verticalmente e atendem do ensino técnico à pós-graduação. São ofertados cursos de ensino médio integrado, médio subsequente, graduação e pós-graduação, cursos com projetos pedagógicos elaborados para atender às demandas regionais e os territórios de identidades onde as instituições estão inseridas.

Nos últimos anos, o Instituto investiu nos cursos na modalidade de educação a distância (EaD), ofertados cursos de Formação Inicial e Continuada. Em 2023, o Instituto avançou e

ofertou a primeira pós-graduação em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) com 232 discentes matriculados no curso de Educação Profissional e Tecnológica. Para o ano de 2024, em parceria com a UAB, existe a previsão de abertura de 800 vagas, com mais três novos cursos: Educação Inclusiva, Geoprocessamento e Inovação e Tendências Educacionais.

IF Baiano e difusão do conhecimento

Apropriar-se dos conhecimentos produzidos ao longo dos anos é uma demanda permanente das sociedades, sobretudo aquelas inseridas no mundo contemporâneo. As instituições de ensino, pesquisa e extensão, como o IF Baiano, por exemplo, têm a responsabilidade de tornar essas produções acessíveis tanto ao seu público-alvo quanto à comunidade de um modo geral. Para viabilizar essa partilha, o IF Baiano tem buscado algumas estratégias, como a criação de revistas, repositório e editora.

A revista de extensão *Trilhas* é um periódico eletrônico multidisciplinar em fluxo contínuo. O objetivo é disseminar informações científicas produzidas por pesquisadores nacionais e internacionais, em diversas áreas do conhecimento, com qualidade. Os trabalhos submetidos são avaliados por pares, aprovados e serão publicados em fluxo contínuo a partir do segundo semestre de 2024. A revista tem sua produção disseminada nos diretórios: Latindex, LatinREV, SciJoIn, Road, Miguilim, Google Scholar, International Standard Serial Number e Diadorim.

A revista eletrônica foi lançada em 2021 e encontra-se no seu quarto volume. Em comemoração aos 15 anos dos institutos federais, foi lançada uma edição especial com o tema “Pesquisa e Extensão nos Institutos Federais Brasileiros”. A publicação recebeu submissão de artigos científicos de diversos institutos, de várias regiões do país, disseminando a informação produzida por pesquisadores na rede federal. Pensando na agenda 2030, no segundo semestre, o periódico deve trabalhar com o tema mulheres na ciência, recebendo artigos e relatos de experiências de pesquisadores brasileiros. Para alcançar um número maior de pesquisadores e leitores no segundo semestre de 2024, será lançada oficialmente a editora do IF Baiano.

Disseminar a produção científica da instituição por livros é o objetivo da editora do IF Baiano. A editora será fundada pensando na demanda reprimida e deve funcionar por edital para autores interessados em publicar suas obras. As obras passarão por um processo de avaliação por pares, visando garantir a qualidade das publicações. Em 2023 foi formado o Conselho Editorial, responsável por avaliar as obras que serão enviadas para análise dos avaliadores. Sendo aprovada, o autor terá sua obra publicada com o selo editorial da Editora do

IF Baiano. No ano de 2023, a editora participou da Feira Internacional de Cachoeira (Flica). Durante o evento foram apresentados vídeos institucionais e palestras com os seguintes temas: “Biblioteca pública do estado da Bahia 212 anos: passado, presente e o futuro” e “Literaturas locais e formação do leitor literário: razões e desafios”. O evento contou com a participação de discentes, servidores e docentes do IF Baiano e de outras instituições públicas e privadas.

Pensando no depósito dos trabalhos de conclusão de curso, foi criado o repositório institucional do IF Baiano utilizando o software Dspace de acesso livre, ainda em fase de teste. O repositório institucional visa disponibilizar em um único local a produção acadêmica da instituição como um todo: os trabalhos de conclusão de cursos, os e-books de acesso livre, artigos e demais produções de discentes, docentes e técnicos administrativos da instituição. A base de dados permite um maior alcance das produções acadêmicas e a conexão com outras bases de dados, o que permite que um número maior de usuários possa acessar as publicações produzidas dentro do instituto.

A internacionalização no IF Baiano

Uma educação integrada com uma política de acesso a outras culturas visa fornecer oportunidades para sua comunidade entrar em contato com outras línguas e acessar outras instituições, gerando um intercâmbio de saberes e práticas capazes de elevar o nível acadêmico dos participantes. É esse o objetivo da internacionalização no Instituto, promovendo uma educação intercultural.

Segundo Fernandes,

A internacionalização é um dos pilares que busca potencializar o desenvolvimento científico e tecnológico, o que, por sua vez, contribui diretamente para o sucesso da comunidade acadêmica. A exposição a diversas perspectivas globais e a colaboração com pesquisadores de renome internacional enriquecem a experiência educacional, tornando-a mais atraente e produtiva para nossos alunos e servidores. A Política Institucional de Internacionalização do IF Baiano tem como objetivo consolidar e expandir a colaboração internacional em todos os aspectos de nossa instituição, desde o ensino e a extensão até a pesquisa, inovação, desenvolvimento institucional e gestão. Isso, por sua vez, não apenas enriquece a formação acadêmica, mas também contribui para a permanência e êxito dos nossos estudantes, preparando-os para um mundo cada vez mais globalizado e desafiador e desenvolvimento e crescimento de nossos servidores (Fernandes, 2023).

A cooperação internacional dentro do Instituto permite a conexão de saberes, a cooperação com outras instituições, a exemplo do projeto com a Escola Prática de Agricultura de Bengala (Epab), da República dos Camarões, país da região ocidental da África Central.

O IF Baiano recebeu, em 2023, a visita da comissão da Escola Prática de Bengala (Epab), firmando parcerias entre as duas instituições para cooperação e interação para o projeto de revitalização da Epab.

Além desse projeto de parceria com Camarões, há outras ações de internacionalização:

- Parceria entre o IF Baiano e o Instituto Politécnico de Bragança, em Portugal;
- Viagem de estudantes do IF Baiano para países da Europa, como França e a região de Córsega, a fim de vivenciarem práticas das escolas técnicas onde a agricultura é 100% orgânica.

O congresso de ensino, pesquisa e extensão no IF Baiano

Anualmente, a comunidade acadêmica reúne-se para o congresso que integra o pilar institucional, ensino, pesquisa e extensão. Esse congresso é aberto à comunidade externa. No ano de 2023, foi realizado no IF Baiano/Câmpus Bom Jesus da Lapa, no qual foram apresentados 257 projetos de pesquisa. Os trabalhos apresentados no congresso são avaliados previamente com critérios rígidos e sérios. Os projetos são apoiados por meio das fontes de fomento, a exemplo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O congresso é uma integração que busca incentivar e divulgar as pesquisas realizadas durante o ano na instituição. A partir de 2022, o congresso presencial já consta com um número de ISSN e os anais dos últimos 2 anos estão disponíveis no site do IF Baiano. O congresso de 2024 será realizado entre 15 e 17 de outubro de 2024, na cidade de Senhor do Bonfim/BA, com o tema “Popularização da ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável”.

Em parceria com o Congresso ocorre também o Festival de Arte e Música (Famif), aberto a toda a comunidade acadêmica, por meio de inscrição prévia e seleção. As melhores apresentações em cada categoria são premiadas ao final do Congresso.

IF Baiano: desenvolvimento e ampliação

No decorrer de seus 15 anos de funcionamento, o IF Baiano desenvolveu diversas ações.

Permanência e êxito

- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid);
- Programa Residência Pedagógica (PRP);
- Programa de Estímulo à Pesquisa do IF Baiano;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (Pibic-EM);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (Pibic-Af);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti);
- Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (Pivic);
- Programa de Estímulo à Pós-Graduação;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão (Pibiex);
- Concessão bolsas de iniciação científica júnior;

Programas de Apoio ao Estudante

- Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (Paise);
- Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico (Proap);
- Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer (Pincel);
- Programa de Incentivo à Participação Político-Acadêmica (Propac);
- Programas de Cotas (Pró-Cotas);
- Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Papne);
- Programa de Inclusão do Jovem e Adulto na Educação Profissional (Pijaep);
- Programa de Auxílio Permanência para Discentes da Pós-Graduação.

Além disso, merecem destaque as seguintes ações:

- Programa de apoio à publicação de artigos científicos Qualis periódicos;
- Programa Ciência por Elas;
- Curricularização da Extensão;
- Re-Saber;
- Empresas Juniores;
- Cursos FIC;
- Qualifica + EnergIFE;
- Qualifica + Progredir;
- Pronatec – Novos Caminhos;
- Renafor.

O IF Baiano será ampliado com quatro novas unidades nas cidades de Santo Estevão/BA, Ribeira do Pombal/BA, Remanso/BA e Ruy Barbosa/BA, ampliando a oferta de cursos e aumentando o número de servidores, levando mais desenvolvimento e progresso para o estado da Bahia. Além disso, as novas unidades contemplam as regiões inseridas com um ensino público, gratuito e de qualidade, levando ao interior do estado uma oferta de cursos que visa atender às necessidades educacionais e tecnológicas da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em quase 200 anos de história, podemos inferir que a rede federal de educação profissional e tecnológica avançou significativamente, tornando-se uma rede de educação consolidada no território nacional, voltada para demandas tecnológicas, buscando atuar de forma a atender às demandas sociais atuais, com um futuro promissor, formando cidadãos para exercer o senso crítico e atuar profissionalmente de forma inovadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES. In: GABLER; L.; CAMARGO, A. R. *Dicionário Primeira República*. Brasília, DF: Arquivo Nacional, 2022. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/1114-escolas-de-aprendizes-artifices>. Acesso em: 1 out. 2024.

FERNANDES, C. *Assessoria de internacionalização*. Salvador: IFBaiano, 2023. Disponível em: <https://IFBAiano.edu.br/portal/prodin/copin/internacionalizacao-2>. Acesso em: 1 out. 2024.

MOLINA, R. S. Primeiras escolas agrícolas no Brasil: limites e falências (1877 a 1936). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 12, n. 46, p. 309-324, jun. 2012.

PNP (Plataforma Nilo Peçanha). Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Brasília, DF: PNP, c2024. Acesso em: 4 jul. 2024.

PRADO, J. E. B.; SANTOS, J. A. *EMARC: uma experiência educacional inovadora no Sul da Bahia*. Ilhéus: Ceplac, 2015.

RANGEL, M. dos S. *O Imperial Instituto Baiano de Agricultura e a Escola Agrícola da Bahia: fundação*. Cruz das Almas: UFRB, [202-]. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/memorial/exposicoes-virtuais>. Acesso em: 3 out. 2024.

ROCHA, M. C. *História e Memória da EPT*. Blumenau: Repositório IFC, 2023.

SILVA, J. G. da (org.). *Instituto Federal dos brasileiros: a história contada por quem fez*. São Paulo: Artliber Editora, 2023.